

<b>COMPONENTE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL</b>	
<b>CURSO: TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE (INTEGRADO)</b>	
<b>NÍVEL: 3º SÉRIE</b>	
<b>CARGA HORÁRIA: 67 HORAS</b>	
<b>DOCENTE: MAIARA GABRIELLE DE SOUZA MELO</b>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Em legislação ambiental são definidos o Meio ambiente, impacto ambiental e como a Constituição Brasileira aborda o tema do Meio Ambiente. Da mesma forma é explanada a Lei nº 6.938/81 que define os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e Sistemas Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. São dados a conhecer os instrumentos públicos e entidades de representação popular ligadas ao Meio Ambiente no Brasil. Como é realizado o Licenciamento e a Fiscalização do Ambiente e os procedimentos da Lei nº 6.905/98 de Lei de Crimes Ambientais.</p>	
<b>OBJETIVOS DE ENSINO</b>	
<p><b>Geral</b>  Apresentar ao aluno os preceitos legais para auxiliar na gestão, no licenciamento e na fiscalização ambiental, visando impedir a degradação ambiental e promover a restauração do equilíbrio.  Identificar os instrumentos legais passivos de serem utilizados na defesa do meio ambiente e na gestão ambiental.</p>	
<p><b>Específicos</b>  Conhecer e interpretar as leis ambientais em vigor no Brasil.  Reconhecer as obrigações do Poder Público, os Direitos e Deveres dos cidadãos relativos às questões ambientais.  Conhecer as instituições públicas e as entidades de representação popular ligadas ao meio ambiente no Brasil.  Analizar e interpretar os procedimentos legais de licenciamento e fiscalização ambiental.</p>	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceito de Meio ambiente e Impacto ambiental</li> <li>2. A Constituição Brasileira e o Meio Ambiente</li> <li>3. Lei nº 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente e seus instrumentos.</li> <li>4. Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e Sistemas Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.</li> <li>5. Instrumentos Públicos e Entidades de Representação Popular ligadas ao Meio Ambiente no Brasil.</li> <li>6. Licenciamento e Fiscalização Ambiente.</li> <li>7. Lei nº 6.905/98 – Lei de Crimes Ambientais - Procedimentos.</li> </ol>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Estudo individual e em grupo; exposição dialogada de vivências práticas e visitas às instituições relacionadas ao estudo proposto. Uso de recursos didáticos (audios-visuais, como filmes relacionados ao tema).  Estudos de caso em grupos através de leitura e análise de artigos científicos e resumos expandidos em português relacionados com os temas a serem tratados.  Utilização de quadro branco, computador, textos e livros.</p>	
<b>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>	
<p>A avaliação ao longo do processo com a participação dos alunos, individualmente e nos grupos, constará de provas teóricas, exercícios de aprendizagem e seminários, tendo como critérios a responsabilidade e a qualidade da(s) tarefa(s), e o tempo de realização proposta.  Serão realizadas provas bimestrais e quinzenalmente trabalhos em grupos referentes a textos lidos na sala de aula.</p>	
<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b>	

Lousa, caneta, computador com apresentações em powerpoint, xerox de artigos em português e audios-visuais, como filmes relacionados ao tema.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
Básica
BRAGA, B. – Organizador. <b>Introdução à Engenharia Ambiental</b> . São Paulo: Prentice Hall, 2 <sup>a</sup> ed., 318p, 2005.
SÁNCHEZ, L.E. <b>Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos</b> . São Paulo: Oficina de Textos, 2 <sup>a</sup> ed., 495 p, 2008.
BRASIL. <b>Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981</b> . Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938org.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938org.htm</a> .
Complementar
BRASIL. <b>Lei 12.651 de 25 de maio de 2012</b> . Novo Código Florestal. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm</a>
BRASIL. <b>Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998</b> . Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm</a>
BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. <b>Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986</b> . Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <a href="http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23">http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23</a>
BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. <b>Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997</b> . Estabelece a revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <a href="http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237">http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237</a>
BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. <b>Resolução nº 357, de 17 de março de 2005</b> . Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459">http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459</a>

